



Municípios podem ter até 2018 para acabar com os lixões

Senado vai avaliar prorrogação do prazo, que terminou em 2 de agosto, para as cidades transformarem lixões em aterros sanitários

O Senado deverá votar, após o segundo turno das eleições, medida provisória que prevê, entre outras ações, a prorrogação, até 2018, do prazo para municípios acabarem com os lixões a céu aberto, transformando-os em aterros sanitários. O texto, aprovado pela Câmara anteontem, amplia também o prazo dado aos municípios para a elaboração de planos de gestão de resíduos sólidos. Durante a votação na Câmara, o líder do governo, deputado Henrique Fontana, alertou para a possibilidade de veto presidencial. A MP precisa ser votada pelos senadores até 6 de novembro para não perder a validade. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O último número da revista *Em Discussão!* mostra que milhares de lixões a céu aberto continuam em atividade no Brasil

Senado prepara relatório sobre banda larga

O senador Anibal Diniz está visitando diversas instituições em São Paulo como parte das ações de avaliação do Programa Nacional de Banda Larga.

O plano foi instituído pelo governo federal em 2010 e pretende ampliar o alcance da internet 3G em

todo o Brasil. Um satélite deve ser lançado até outubro de 2016 para permitir que áreas remotas do país tenham acesso à internet de alta velocidade.

Anibal deve apresentar o relatório de avaliação do programa até a segunda quinzena de novembro. **2**

Conselho analisa controle do Legislativo 2

Comissões discutem projetos para professores

Projetos de lei de interesse dos professores, como o que garante o pagamento do piso nacional de R\$ 1.697,39 por 40 horas semanais, estão em discussão nas comissões do Senado.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Educação, pelo menos cinco estados e mais de 33% dos municípios ainda não pagam o piso.

Outro projeto, em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, determina que professores poderão ter meia-entrada em espetáculos e shows artísticos. **4**

Jefferson Ruy/Agência Senado



Vital diz que a negação de compartilhamento fere direito constitucional dos parlamentares

CPI quer acesso imediato a delação

Mandado de segurança da CPI Mista da Petrobras pedindo amplo acesso aos depoimentos do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa deve ser respondido pelo

Supremo Tribunal Federal em duas semanas. O presidente da comissão, Vital do Rêgo, solicitou decisão liminar porque o colegiado encerra os trabalhos em 7 de dezembro. **4**

quintas Femininas

Câncer de mama: informação transparente e decisão consciente

Participantes:

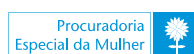
Dra. Carolina Fuschino – Sociedade Brasileira de Mastologia
Dr. Arn Migowski – Sanitarista, epidemiologista, tecnologista da Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede do Instituto Nacional de Câncer do Rio de Janeiro (INCA)
Lilian Marinho – usuária do Sistema Único de Saúde

Data: 16 de outubro de 2014

Horário: 10h

Local: Ala Nilo Coelho, Plenário 2 Senado Federal

Mais informações: 3303-1710/1713 | Participação pelo site: www.senado.gov.br/ecidadania | Alô Senado: 0800 61 22 11



Empresa criada em parceria da Telebras com a Embraer permitirá o lançamento de satélite para dar suporte ao projeto. Anibal Diniz vai redigir relatório sobre a situação da banda larga no país



Senador Anibal Diniz (à direita, de óculos) visita empresa responsável pelo satélite que levará internet a áreas remotas do país

Anibal discute Programa Nacional de Banda Larga

ANIBAL DINIZ (PT-AC) e comitiva farão visita hoje ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A visita faz parte das reuniões de avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto 7.175/2010.

Ontem o senador já havia participado de outro encontro na sede da Embraer, em São José dos Campos (SP). Ele também esteve reunido com o presidente da Visiona Espacial, Eduardo Bonini. Anibal é o relator do PNBL na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O relatório de avaliação do plano, lançado pelo governo em 2010, deve ser apresentado até a segunda quinzena de novembro, de acordo com a

assessoria do senador.

No relatório, Anibal Diniz pretende elaborar o retrato mais fiel possível da banda larga no país. O documento vai subsidiar o Ministério das Comunicações e outros órgãos do governo a respeito das condições existentes hoje para fazer com o que a implantação do PNBL seja bem-sucedida.

Má qualidade

Nas audiências públicas sobre o plano, de que Anibal participou nos últimos meses no Acre e na Bahia, ficou evidente que a qualidade da internet nas localidades mais distantes está aquém dos objetivos propostos pelo governo.

— A tecnologia é o caminho para o desenvolvimento da indústria nacional, na medida

em que os empreendimentos retornam em divisas e favorecem a criação de empresas em diversos setores — avaliou.

O senador acredita que a qualidade do programa está em jogo, uma vez que é impossível atender as regiões mais isoladas por meio de fibra óptica. A solução é o satélite, uma vez que as empresas de telefonia operam em áreas de interesse, e não em setores não rentáveis para a iniciativa privada.

Assim, a extinta Telebras foi recriada e juntou-se à Embraer na criação da Visiona Espacial. A empresa trabalha na conclusão de um satélite geostacionário, a ser lançado na Guiana até outubro de 2016, que vai levar internet de alta velocidade a todas as regiões do Brasil.

Câncer de mama é tema do Quintas Femininas

Informação transparente e decisão consciente sobre o câncer de mama são temas da audiência interativa que a Procuradoria Especial da Mulher do Senado promove hoje, às 10h, dentro do Projeto Quintas Femininas. Será a primeira edição especial do projeto em alusão ao Outubro Rosa.

Foram convidados Carolina Fuschino, da Sociedade Brasileira de Mastologia; Arn Migowski, epidemiologista do Instituto de Câncer; e a usuária do Sistema Único de Saúde

Lilian Marinho.

O evento será na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

— Todas as palestras são abertas ao público. Esperamos intensa participação da população para que as informações cheguem a um maior número de pessoas e para que nós, mulheres, saibamos como nos prevenir para evitar o aumento de casos de câncer de mama — ressalta a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Qualquer pessoa pode parti-

cipar do debate com perguntas e comentários presencialmente ou por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. É possível participar pelo Facebook.com/eCidadaniaSF e pelo Twitter.com/e_cidadania.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/quintas16out>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Senado estuda indicadores de transparência para o Legislativo

O Conselho de Transparência do Senado, criado pelo presidente da instituição, Renan Calheiros, em fevereiro de 2013, indicou ontem a possibilidade de criação de um indicador de transparência dos Legislativos. A ideia é facilitar o entendimento sobre o desempenho das Casas do Congresso Nacional, assembleias e câmaras de vereadores quanto à produção de leis, questões administrativas e controle social. O estudo foi elaborado pela equipe da Secretaria de Transparência do Senado e coordenado pelo servidor Marcos Ruben de Oliveira.

O Conselho de Transparência é um órgão consultivo da Presidência do Senado e da Comissão Diretora. A

presidência é exercida pelo diretor da Secretaria da Transparência. Fazem parte do colegiado os diretores da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação, da Coordenação de Pesquisa e Opinião e da Secretaria de Comunicação Social, além de três representantes da sociedade civil.

A proposta teve boa acolhida por parte de representantes da sociedade civil — Natália Paiva, da Transparência Brasil, e Caio Magri, do Instituto Ethos. No próximo dia 3 de dezembro, já com a contribuição das entidades e de unidades internas do Senado, o documento deverá receber uma segunda versão, para então, ser submetido a consultas públicas.



Conselheiros discutem formas de melhorar a transparência no Legislativo

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

CCT Debate sobre banda larga

8h A Comissão de Ciência e Tecnologia continua o debate sobre o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Dispositivo incluído em medida provisória aprovada pela Câmara prorroga para 2018 o prazo para a eliminação dos lixões. Texto deve ser votado no Senado após as eleições

Fim de lixões pode ser prorrogado para 2018

PODERÁ SER PRORROGADO até 2018 o prazo para que os municípios acabem com os lixões. O período fixado em lei para que depósitos de lixo a céu aberto fossem transformados em aterros sanitários acabou em 2 de agosto, mas poderá ser ampliado por mais quatro anos por força de artigo incluído na MP 651/2014.

O texto foi aprovado na terça-feira pela Câmara e precisa passar pelo Senado até 6 de novembro, caso contrário a MP perderá a validade. A medida trata de incentivos tributários, mas os deputados incluíram o novo prazo para fim dos lixões atendendo a 3,5 mil cidades que ainda não cumpriram a determinação legal.

O texto também prorroga o prazo dado a municípios e estados para elaboração dos próprios planos de gestão de resíduos sólidos. A tarefa, que deveria ter sido concluída em 2012, agora poderá ser feita até agosto de 2016.

Desde o início do ano, a Confederação Nacional de

Municípios (CNM) pede a prorrogação dos prazos estabelecidos na lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), alegando falta de recursos e de técnicos capacitados para a elaboração dos planos de gestão e para a implantação de sistemas adequados de descarte e reciclagem de lixo.

Ainda há dúvida, no entanto, quanto ao aval do governo à prorrogação. Na Câmara, o líder do governo, Henrique Fontana (PT-SP), disse haver a possibilidade de veto. Fontana afirmou que o Ministério do Meio Ambiente tem buscado ajudar os municípios que ainda não acabaram com os lixões.

A preocupação com as dificuldades de adoção das normas fixadas pela lei levou à criação, no Senado, da Subcomissão de Resíduos Sólidos, ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA). Presidida por Cícero Lucena (PSDB-PB), a subcomissão discutiu a implementação da lei.



Senador Romero Jucá (ao microfone) presidiu a comissão mista que analisou a medida provisória antes do Plenário da Câmara

Em Discussão! mostra que problema persiste

A edição número 22 da revista *Em Discussão!*, publicada em setembro pela Secretaria Agência e Jornal do Senado, dedica suas 64 páginas à situação dos resíduos sólidos no Brasil e o que o Congresso Nacional tem

feito para resolvê-la. Apesar de ter vencido dia 2 de agosto o prazo legal para que todos os lixões do país fossem desativados, a realidade ainda é outra. A publicação registra os debates feitos pela Subcomissão de Resíduos

Sólidos da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA) e mostra que a questão do lixo tem solução.

Baixe a revista em PDF: <http://bit.ly/EmDiscussao22>

Casildo diz que, como está, Judiciário não atende demanda

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que é preciso tornar a Justiça mais rápida, referindo-se ao relatório anual divulgado recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O senador considera a tendência à judicialização um dos fatores que congestionam a Justiça. Ele ressalta que se tornou cada vez mais comum as pessoas processarem outras por qualquer tipo de conflito.

De acordo com o conselho, no ano passado 28,3 milhões de novas ações se juntaram às 66,8 milhões já pendentes, totalizando 91,1 milhões de processos no final de 2013. E como os 16,5 mil juízes julgaram 27,7 milhões de processos, restaram para este ano 67,4 milhões de ações na Justiça. Uma média de 1,6 mil processos já julgados por juiz.

— Devemos apostar na auto-composição, na conciliação e na mediação para resolução de dúvidas e problemas de menor monta. Essa é a maneira mais rápida, simples e civilizada de solução de conflitos — disse.



Kaká defende combate à desertificação

Kaká Andrade (PDT-SE) cobrou ações concretas do governo federal para combater e prevenir a desertificação que atinge o semiárido nordestino e parte de Minas Gerais. O fenômeno é resultado da degradação das terras por atividades como agricultura e mineração, além das variações climáticas.

O senador lembrou também que o Brasil passa por uma das maiores secas, inclusive em São Paulo.

O alto sertão sergipano é uma das áreas afetadas pela desertificação, disse o senador. Além do programa de combate do Ministério do Meio Ambiente, iniciativas estaduais buscam enfrentar o problema para evitar a migração da população para as grandes cidades.

— O combate à desertificação deve ser coletivo, em que governo e sociedade se auxiliem mutuamente por meio da busca por objetivos comuns e do compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades — afirmou.

Fleury destaca bom desempenho do governo de Goiás

O senador Fleury (DEM-GO) afirmou que o Programa Fome Zero não foi criado pelo presidente Lula, mas sim pelo governador de Goiás, Marconi Perillo. O programa foi um dos assuntos do debate entre candidatos a presidente da República, anteontem, na Rede Bandeirantes de Televisão. Segundo ele, Perillo levou ao presidente a proposta, que teve o nome mudado e foi aperfeiçoada.

Fleury elogiou o desempenho do governador, que já ocupou o cargo outras duas vezes e disputa um quarto mandato. Segundo ele, resultados como o primeiro lugar de Goiás no Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb) revelam o bom trabalho feito no estado.

Fleury manifestou descontentamento com o debate presidencial.

— Costumo até dizer que está parecendo mais um combate do que um debate. Nós não ouvimos nada — disse.

O senador também criticou a ausência de parlamentares no Plenário.



Pedro Simon manifesta apoio a Aécio e critica Dilma

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou ontem a grande esperança nacional em torno da eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, em 1985, e disse esperar que Aécio Neves, neto de Tancredo, esteja à altura da missão de unir todo o Brasil e ser agente de transformação.

Na avaliação de Simon, a reeleição de Dilma Rousseff representaria uma “vitória de Pirro” — o senador refere-se ao mito grego de Pirro, que procura exemplificar uma vitória obtida pagando um preço muito alto.

Simon ainda criticou a presidente por apresentar-se como “candidata da mudança”, lembrando que, em qualquer país, os diretores da Petrobras sob suspeita de corrupção teriam sido imediatamente afastados.

— [Dilma] não tem coragem, peito, nem força para tirar um diretor acusado de corrupto. Ela vai ficar? Ela vai ficar com que poder, com que autoridade, com que prestígio, com que credibilidade? — indagou.



Negação de acesso à delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa fere direito constitucional dos parlamentares, segundo o senador Vital do Rêgo

CPI mista impetra mandado de segurança no STF

O PRESIDENTE DA CPI Mista da Petrobras, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou ontem mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a comissão tenha amplo acesso aos depoimentos do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa frutos do acordo de delação premiada. O ministro Roberto Barroso, que recebeu o processo, pode proferir decisão nas próximas semanas, segundo o advogado-geral-adjunto do Senado, Rômulo Gobbi do Amaral.

No pedido, Vital argumenta que, ao negar o imediato compartilhamento das informações, sob a alegação de que é proibido pela Lei 12.850/2013, que dispõe sobre investigação criminal, o STF feriu um direito constitucional dos parlamentares.

— Nós entendemos que, no exercício do nosso direito constitucional, o Supremo deve encaminhar essas informações, que serão muito úteis



O advogado Amaral acredita que a decisão deve sair nas próximas duas semanas

para o desfecho do relatório do deputado Marco Maia [PT-RS] — afirmou Vital.

O advogado Amaral explica que o compartilhamento dos documentos sigilosos entre o Ministério Público, a Justiça Federal e a CPI acarretaria também o compartilhamento da obrigação de manter o sigilo.

— Existe um compartilhamento do sigilo, então há uma transferência dessa responsabilidade para o Congresso.

O mandado de segurança também se fundamenta na

tese de que, ao não compartilhar os depoimentos com a CPI, o ministro Teori Zavascki limitou os poderes da comissão. Além disso, argumenta que não existem obstáculos legais para o empréstimo de provas entre os juízes e as CPIs.

Vital pediu que o STF responda em caráter liminar, porque a CPI tem que encerrar os trabalhos em 7 de dezembro e ainda precisa analisar os dados sigilosos e, eventualmente, decidir por novas linhas de investigação a partir deles.

Depoimento do doleiro Alberto Youssef pode acontecer na semana que vem

Vital do Rêgo está em negociações com a Polícia Federal e a Justiça Federal para possibilitar o depoimento do doleiro Alberto Youssef na semana que vem ou na subsequente. A convocação de Youssef para depor foi aprovada no começo de junho.

— Está na minha ordem de prioridades trazer Youssef. Espero que ele venha para conversar, para falar do mesmo jeito que falou na Justiça — disse o senador.

O doleiro foi preso em março pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato, acusado de envolvimento em um esquema de corrupção, lavagem de dinheiro e envio de recursos para o exterior de maneira ilegal. Youssef agia em parceria com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Ambos fizeram

delação premiada, em acordos com o Ministério Público (MP) e a Justiça Federal.

No caso do doleiro, conforme a imprensa, isso se deu no final de setembro. Ele assinou um acordo de delação premiada em troca de redução de pena. Já teria, inclusive, prestado os primeiros depoimentos em consequência do acordo.

A polícia e o MP investigam as denúncias de desvio de dinheiro na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Enquanto não há uma definição quanto à data do depoimento do doleiro, a CPI mista se prepara para ouvir na quarta-feira o atual diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza.

Senado analisa projetos que valorizam carreira de professor

Diversos projetos de interesse dos professores estão tramitando atualmente no Senado Federal. Os senadores examinam, por exemplo, o projeto (PLS 155/2013) que garante o pagamento do piso nacional — que hoje é de R\$ 1.697,39, para uma jornada de 40 horas — a todos os profissionais do magistério que atuam na educação básica pública.

O piso salarial nacional para os professores virou lei em 2008, após ter sido aprovado pelo Congresso e sancionado pelo então presidente Lula. A proposta foi apresentada quatro anos antes pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Mas, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pelo menos cinco

estados e mais de 33% dos municípios ainda não pagam o piso.

Agora, Cristovam propõe transferir para a União a responsabilidade de pagar esse valor.

— A lei nacional do piso foi feita pelo governo federal, deve caber a ele pagar o piso a cada professor, independentemente do seu estado ou

município — diz o senador.

Já o PLS 342/2013 cria incentivos para os professores lotados em áreas de difícil acesso. O objetivo do projeto, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é incentivar profissionais de alto nível a trabalharem no interior, abrindo mão de uma carreira mais confortável na cidade. Se aprovado

na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto vai ao exame da Comissão de Educação (CE).

Também aguarda definição o PLS 192/2013, do senador Alfredo Nascimento (PR-AM), que permite meia-entrada nas atividades culturais e artísticas para professores. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ana Amélia: professores são exemplo de vida para alunos

Ana Amélia (PP-RS) homenageou ontem, no Dia do Professor, todos os brasileiros que têm por profissão a arte de ensinar. Ela defendeu a valorização da categoria, mais investimentos na área da educação, currículo nacional único e escola em tempo integral.

A senadora lamentou que ainda persistam na educação problemas como gestão ineficiente, desinformação, reprovação, repetência e grade curricular defasada. Para Ana Amélia, diante dessas dificuldades, é o professor que torna real o direito à educação para muitas crianças.

— Pesquisa realizada com dados do sistema de avaliação do rendimento escolar do estado de São Paulo, colhidos em 2013, mostra que 96% dos alunos do ensino fundamental gostam de ir à escola e encontrar o educador. Mostra também que, dos 300 mil alunos matriculados no 2º, 3º e 5º anos da rede estadual, 94% veem o professor como principal incentivador dos estudos. Isso mostra que nove entre dez alunos veem o professor como exemplo de vida.

Ana Amélia destacou o esforço do Congresso para valorizar o professor, garantindo melhores salários e formação e destinando 10% do produto interno bruto (PIB) para o setor no Plano Nacional de Educação.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Fleury quer escola em tempo integral e multidisciplinar

O senador Fleury (DEM-GO) defendeu, na terça-feira, a escola em tempo integral, mas não da forma como foi implantada em alguns municípios do interior de Goiás, de acordo com depoimentos de prefeitos: aulas pela manhã e, no período vespertino, prática de esporte. Para ele, essas escolas deveriam oferecer atendimento integral, com enfermeiros e terapeutas, além de contarem com acessibilidade para facilitar a mobilidade às pessoas com problemas de locomoção.

Fleury também saudou a eleição para o Senado do deputado e ex-jogador de futebol Romário, por conta do trabalho que o parlamentar do PSB do Rio de Janeiro vem fazendo sobre a questão da acessibilidade e da inclusão social de pessoas com a síndrome de Down. O senador, que é cadeirante, lembrou que tem recebido da Presidência do Senado apoio para tornar a Casa mais acessível às pessoas com deficiência.

O parlamentar aproveitou para pedir que o governo federal adapte e destine 5% dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida para pessoas com deficiência.

— Nas portas das casas que são feitas pelo Minha Casa, Minha Vida, em nenhuma passa uma cadeira de rodas — disse Fleury.

O senador elogiou ainda a forma como o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) conduziu, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os debates sobre a regulação da maconha.

Dinheiro de corrupção deve ir para professor, diz Cristovam

Ao lembrar o Dia do Professor, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou ontem que a educação não tenha sido debatida adequadamente pelos candidatos à Presidência da República.

Ele reclamou, por exemplo, que nenhum dos candidatos tenha se comprometido a apoiar os estados a cumprirem a lei do piso salarial, que define o valor mínimo dos salários dos professores, bem como a destinação de 30% da jornada de trabalho deles para o planejamento das aulas e o atendimento aos pais e estudantes.

De todos os estados, disse o senador, apenas sete cumprem rigorosamente o que determina a lei: Amapá, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Piauí. E essa limitação orçamentária dos estados poderia ser corrigida pelo governo federal, disse o senador. Para tanto, bastariam R\$ 4 bilhões para que os governadores que não cumprem o piso salarial dos professores complementassem o valor pago e atingissem a quantia determinada pela lei.

— Eu tenho feito uma campanha pelo Twitter: todo o dinheiro recuperado da corrupção devia ir para a educação, como o pré-sal. Eu acho que devia dizer: deve ir para pagar o piso salarial, pelo menos — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado